



INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ATA DE REUNIÃO

Assunto:	1ª Reunião Ordinária do Subcomitê de Infraestrutura de Dados – SID
Número:	01/2025
Realizada em:	18/02/2025, às 10h
Local:	Sala de Reuniões - 26º andar
Participantes:	Marcus Vinicius da Motta Vieira – CGTI Celso de Souza Tchao – DIAPE Cláudia de Cassia Torres – DISIS Pedro Calisto Luppi Monteiro Junior – COSIS Jamile Santos dos Santos – DIAPE Eli de Moura Diniz – DIGEF Maria Eugênia Fortes Ramos da Silva Gonçalves Gallotti – CGDI Alexandre Gomes Ciancio – CEPIT Arthur Orlando Correa Schilithz – DIIMP Cristina D’Urso de Souza Mendes Santos – DIAPE Rafael Gerardo Rodrigues do Nascimento – DIRMA Rodrigo Vieira Ventura – AECON Alessandro Bunn Bergamaschi – CQUAL Ana Paula Saraiva Melloni – DITEC Rafael Marques Teixeira – COGEN
Notas:	Edwiges Santos e Ana Souza– G4F

1. PAUTA

1. Apresentação sobre Mapeamento dos Dados e Estratégia de Priorização de Dados

2. ABERTURA

Iniciada reunião após conferência da totalidade do quórum, às 10h12min. O Presidente do Subcomitê, Sr. Marcus Vieira, CGTI, anunciou a pauta da reunião e solicitou o início da exposição ao Sr. Celso Tchao, DIAPE.

3. DESENVOLVIMENTO

O Sr. Celso Tchao, DIAPE, iniciou a relatoria da “Apresentação sobre Mapeamentos de Dados e Estratégia de Priorização” expondo que o Governo Federal destacou a importância de os órgãos implementarem a governança de dados estabelecendo níveis de maturidades, que consistem dos seguintes: não iniciado, iniciado, emergente, desenvolvido e otimizado. No âmbito desses níveis, um dos tópicos fundamentais é o conhecimento de dados, que engloba a documentação de ativos de dados, com o objetivo de gerenciar e controlar o conhecimento sobre os dados. O Sr. Celso Tchao, DIAPE, informou que o INPI se encontra atualmente no nível de maturidade de dados entre “iniciado” e “emergente” e evidenciou que a meta desta Autarquia é alcançar o nível “otimizado”. Em seguida, destacou a importância da catalogação e mapeamento dos fluxos de dados, com foco nos dados do INPI, e que atualmente não há conhecimento específico sobre esses dados, nem mesmo pelas áreas envolvidas. A catalogação e mapeamento adequados desses dados permitirão não apenas à TI mas também a outras áreas internas fornecer informações que beneficiarão servidores de diferentes setores, além de possibilitar a revisão de fluxos de dados e processos com base em informações precisas, tendo em vista que uma das etapas do processo consiste da documentação dos ativos de dados, que é a metodologia para organização e registro desses dados. Na sequência, o Sr. Celso Tchao, DIAPE, destacou quem são os *stakeholders* internos e externos, bem como as ferramentas utilizadas para esse processo. Esclareceu ainda que a proposta consiste de

integrar um bolsista para o realizar estudo de metodologias, sendo responsável por propor e testar essa documentação de ativos de dados. Esse processo será dividido em algumas etapas, quais sejam: levantamento preliminar; critérios de priorização; classificação preliminar de ativos; mapeamento detalhado; classificação e estruturação; organização e mapeamento; e, por fim, o desafio que é gerenciar as bases de migração. Em continuidade, o Sr. Celso Tchao, DIAPE, enfatizou que durante a execução desse trabalho de mapeamento haverá transformação de dados dentro do sistema, com o BPMS migrando os dados das bases dos sistemas para sua própria base. Em sequência, salientou sobre o uso de múltiplos critérios ponderados para o mapeamento das bases de dados, organizados em um modelo de matriz de priorização. Entre os critérios destacados estão o alinhamento estratégico; relevância operacional; conformidade regulatória, que aborda a necessidade de adequação das leis; interoperabilidade e integração, que facilita o compartilhamento e uso cruzado com outras bases; qualidade e consistência, que analisa a inconsistência dos dados e a necessidade de tratamento; e demandas de usuários, que avalia a frequência de uso e o impacto nas áreas que demandam os dados. Além disso, as etapas de priorização foram definidas. O Sr. Celso Tchao, DIAPE, esclareceu que três modelos *frameworks* foram avaliados. O primeiro modelo, MosCow, divide as bases de dados e fluxos em categorias de necessidades (Must, Should, Could e Won't), garantindo que os mais críticos sejam tratados primeiro. O segundo modelo é a Matriz de Esforço e Impacto, que ajudará a determinar a viabilidade do mapeamento e catalogação das bases de dados, considerando o impacto e esforço necessário para cada base. O terceiro modelo, a Técnica de Pontuação Ponderada, trata-se de método quantitativo que atribui pesos a critérios específicos, calculando uma pontuação final para cada base. O Sr. Celso Tchao, DIAPE, evidenciou que a combinação de frameworks pode trazer um processo de decisão mais transparente e alinhado à governança de dados do INPI. Em continuidade, recomendou que a proposta de aplicação consiste de duas metodologias: a primeira é o método MosCow, tendo como primeiro passo categorizar as bases de dados conforme urgência e necessidade de mapeamento, considerando impacto organizacional, riscos e migração; e a segunda é a Técnica de Pontuação Ponderada, a ser utilizada para refinar ainda mais a priorização, com critérios principais ponderados conforme a importância do INPI: impacto estratégico; dependência de migração; uso pelo cliente final; facilidade de mapeamento; qualidade e consistência atual; e pontuação final. O Sr. Celso Tchao, DIAPE, concluiu que a proposta de modelo de priorização ajudará a otimizar os recursos da equipe, garantindo que as bases mais críticas sejam mapeadas primeiro, sem comprometer a continuidade dos serviços prestados pelo INPI. O Sr. Marcus Vieira, CGTI, esclareceu que o foco não seria priorizar áreas específicas, mas sim definir metodologias que serão utilizadas no projeto, e questionou os participantes sobre possíveis comentários a respeito da metodologia apresentada. O Sr. Alexandre Ciano, CEPIT, salientou que, pelo exemplo apresentado, está sendo considerado apenas o mapeamento das bases já existentes, enfatizando que há áreas dentro do INPI que apenas possuem familiaridade com ferramentas básicas, como planilhas de Excel, e que o trabalho nessas áreas é predominantemente manual. O Sr. Alexandre Ciano, CEPIT, informou que o impacto nas áreas menos maduras será significativo, enquanto outras já possuem um nível de maturidade mais avançado, e questionou se houve consideração sobre o mapeamento das áreas que ainda não possuem bases de dados. A Sra. Cristina D'Urso, DIAPE, esclareceu que o projeto em questão visa a documentar as bases de dados já existentes no INPI e que um dos bolsistas a ser alocado no projeto fará o levantamento das iniciativas de dados em todo o INPI, mapeando o que já existe. A partir desse levantamento será possível identificar as áreas que ainda utilizam planilhas ou outras formas manuais de gestão de dados. Além disso, o objetivo final é mapear essas bases, documentá-las e criar um repositório acessível a todos os envolvidos, garantindo maior transparência e compartilhamento de informações. O Sr. Alexandre Ciano, DIRPA, questionou se a ordem das ações não deveria ser invertida e sugeriu que, antes de mapear as bases existentes, seria mais eficiente resolver as possíveis sobreposições de escopos, como no caso do mapeamento do BADEPI, frisando que o processo de identificação e resolução dessas sobreposições, caso realizado primeiro, evitaria retrabalhos. O Sr. Celso Tchao, DIAPE, salientou que ao mapear o operacional, será possível facilitar o mapeamento do Data Lake, e esclareceu que ao retirar os dados de uma fonte específica, sem modificar os metadados, o Data Lake funcionará como cópia dos dados originais, uma vez que essa cópia será utilizada para fins de gerenciamento, enquanto o mapeamento do operacional envolverá a documentação das bases de dados até o ponto do Data Lake, com a adição mínima de informações, a menos que haja a necessidade de gerar dados novos. A Sra. Jamile Santos, DIAPE, complementou que o processo não se resume à documentação das bases de dados, mas também envolve a padronização dos dados. O Sr. Celso Tchao, DIAPE, evidenciou que, no modelo de dados, as necessidades das regras de negócio são o que define o que deve ser mapeado e que o modelo de dados é desenhado de acordo com as regras de negócio existentes, porém com o tempo tais regras podem mudar, deixando a base de dados desatualizada e obsoleta, tendo em vista que neste momento o foco não será remodelar as bases de dados, mas sim mapear o modelo atual. O Sr. Rodrigo Ventura, AECON, sugeriu que o Data Lake resolva problemas de integração de diversas fontes, assim sendo é fundamental ter clareza sobre as necessidades de negócios, ou seja, um mapeamento claro desses objetivos de negócio deve ser feito antes de detalhar os requisitos de dados, como o tipo de dado a ser organizado, a arquitetura e a plataforma a ser utilizada. O Sr. Celso Tchao, DIAPE, destacou que a TI não deve ter apenas sua própria visão, mas também precisa ouvir as áreas de negócios. O subcomitê será responsável por indicar as informações e as bases que precisam ser mapeadas com maior urgência,

levando em conta critérios como o impacto estratégico, a dificuldade de acesso e a demanda interna, explicando que as áreas de negócios poderiam, por exemplo, solicitar o mapeamento de documentos importantes, que muitas vezes ficam difíceis de localizar. O Sr. Alexandre Ciano, CEPIT, recomendou que seria importante ter uma orientação mais clara sobre como avaliar esses critérios, especialmente no que diz respeito ao impacto estratégico e à utilização pelos clientes finais, para ajudar a atribuir os pesos adequados, ou que esse processo fosse feito em conjunto, como no caso do PDTIC. Os participantes do Subcomitê recomendaram que fossem feitas orientações como medir os pesos para as áreas, além da aplicação de um questionário ou formulário. O Sr. Marcus Vieira, CGTI, sugeriu que, inicialmente, sejam definidas as bases de dados para serem mapeadas e, em seguida, que seja enviado um questionário para as áreas responsáveis. O objetivo seria obter informações sobre quem serão os donos dessas bases e como avaliar os critérios de impacto estratégico e uso final. A reunião foi encerrada às 11h13min.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MARQUES TEIXEIRA, Coordenador(a)**, em 07/03/2025, às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS DA MOTTA VIEIRA, Coordenador(a) Geral**, em 09/03/2025, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE SANTOS DOS SANTOS, Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial**, em 10/03/2025, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO VIEIRA VENTURA, Chefe da Assessoria de Assuntos Econômicos**, em 10/03/2025, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CELSO DE SOUZA TCHAO, Chefe de Divisão**, em 10/03/2025, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL GERARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO, Assistente**, em 12/03/2025, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR ORLANDO CORREA SCHILITZ, Chefe de Divisão Substituto(a)**, em 21/03/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE GOMES CIANCIO, Coordenador(a) Geral**, em 21/03/2025, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CALISTO LUPPI MONTEIRO JUNIOR, Coordenador(a)**, em 21/03/2025, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO BUNN BERGAMASCHI, Coordenador(a) Geral**, em 21/03/2025, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTINA D URSO DE SOUZA MENDES SANTOS, Pesquisador em Propriedade Industrial**, em 21/03/2025, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DE CASSIA TORRES, Chefe de Divisão Substituto(a)**, em 21/03/2025, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA EUGENIA FORTES RAMOS DA SILVA GONCALVES GALLOTTI, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 21/03/2025, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELI DE MOURA DINIZ, Chefe de Divisão**, em 21/03/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.inpi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1181122** e o código CRC **770E5806**.
